

MATTHIAS AMMANN & CRISTIANE PARENTE

matthiasammann@gmail.com; cristiane.parente@hotmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO

POLÍTICA EM TEMPOS DE RESENTIMENTO E A LITERACIA MUDIÁTICA COMO POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO

RESUMO:

A presente comunicação aponta um contexto de crise para a política tradicional, refletido por uma série de estatísticas descritivas mundiais, europeias e portuguesas que indicam o baixo interesse, principalmente dos jovens, pelos instrumentos tradicionais de participação política e a descrença nas instituições políticas. Buscamos compreender melhor este distanciamento com base nas categorias teóricas Ressentimento e Pulsão de Morte, visando conferir uma nova inteligibilidade sobre este fenômeno que esvazia e descredita os antigos espaços e formas de fazer política, mas que também chama à necessidade para a construção de novas formas de costurar uma cidadania. O ressentimento tipificado por Nietzsche, cuja origem advém do ódio, da raiva e da vingança, oriundas de uma agressão, envereda facilmente por aspectos morais e religiosos que impregnam o tecido social com ideais e estruturas ascéticas. No limite, o ressentimento ou a postura ideal ou ascética desinveste, destrói e desliga todos os vínculos e investimentos emocionais, configurando a pura pulsão de morte ou a aspiração ao nada. Nesse caso, o ideal absoluto e ascético em nome da preservação da vida, estanca a fonte da força e se contenta em criar estruturas estáveis e avessas à frustração, mas que regridem o homem a um niilismo mortificante. Paradoxalmente, também há o surgimento do revés do ressentimento e da pulsão de morte, isto é, os resquícios da potência de vida que tendem a buscar novas formas de interação a partir da mídia e das novas tecnologias, culminando em novas formas de ler o mundo e do fazer político.

PALAVRAS-CHAVE

Ressentimento; pulsão de morte; política; literacia; mídia

A política no contexto republicano e democrático, apesar das muitas ressalvas que podem ser erigidas aos últimos adjetivos, utiliza-se da retórica.

Retórica que, segundo Cunha (1999), tradicionalmente contempla:

1. *docere*: ensinar, informar;
2. *movere*: mover (co-mover) os sentimentos;
3. *delectare*: encantar, seduzir.

Nesta arte

essencialmente republicana: tem de se estar habituado a suportar as opiniões e os pontos de vista mais alheios e mesmo sentir um certo prazer na contradição; deve-se escutar de tão bom grado como quando nós próprios falamos, e deve-se como ouvinte apreciar mais ou menos o desempenho da arte. A formação do homem antigo culminava habitualmente na retórica: é a mais elevada actividade intelectual do homem politicamente formado – um pensamento que nos é bem estranho! (Nietzsche, 1999, pp. 27-28)

Estranheza que era sentida no início da modernidade, se pensarmos que Nietzsche escreve o texto acima entre 1872 e 1879, quando era docente na Universidade de Basileia e que, provavelmente, advém da dificuldade de suportar opiniões e pontos de vista alheios em um contexto de ampliação do *status* de cidadão para um número crescente de indivíduos advindo dos movimentos sufragistas que surgem no século XIX para os homens e, no século XX, para as mulheres.

Neste cenário majoritariamente urbano, passou a ser fundamental informar, (co)mover e encantar os demais concidadãos, utilizando para isso os diversos artefatos e inovações técnicas. Porém, o advogado da vida, advogado da dor e advogado do ciclo (Nietzsche, 2011) já estava atendo ao potencial nocivo deste encontro, no caso de indivíduos avessos à contradição e que diante do diverso enveredam pela apatia, passividade e fraqueza promovida pelos ideais ascéticos.

Explicamos melhor. Os ideais acéticos criam inicialmente um homem rancoroso à medida que “medita continuamente no inimigo, cria-o, concebe-o como ‘milagre’, como antítese do ‘bom’, de si mesmo” (Nietzsche, 1997, p. 31) e opta por uma amarga prudência e “título de virtude” que até um inseto teria, segundo Nietzsche, quando diante de um perigo finge-se de morto, “como se a fraqueza do fraco – isto é, a sua essência, a sua atividade, toda única, inevitável e indelével – fosse um ato livre voluntário, meritório” (Nietzsche, 1997, p. 36).

Mas Nietzsche não se deixa enganar por essa falsa virtude e reconhece facilmente que a oficina onde se constrói o ideal cheira a mentira e a embuste. É flagrante que no seio da vida ascética dormita

um ressentimento sem par, um instinto não satisfeito, uma ambição que queria apoderar-se da própria vida, das suas condições mais profundas, mais fortes e mais fundamentais; emprega-se grande força para secar o manancial da força e até se vê o olhar rancoroso e mau do aceta voltar-se contra a prosperidade fisiológica, contra a beleza, contra a alegria, enquanto pelo contrário, procurar com maior gozo a doença, a porcaria, a dor, o dano voluntário, a mutilação, as mortificações, o sacrifício de si próprio e tudo quanto é degenerado. (Nietzsche, 1997, p. 99)

O indivíduo ressentido, inicialmente é uma bomba de descontentamento e de vontade de destruir a vitalidade, mas será tenazmente domesticado por um “sacerdote”. Essa viragem ou nivelamento abarca e controla o rebanho de doentes, defendendo-o

contra a depravação, a malícia e a rebeldia que se manifesta no rebanho; contra todas as afeções hospitalares; contra a anarquia e os germes de dissolução, que ameaçam o rebanho, no qual se deposita incessantemente esta perigosa matéria explosiva: o ressentimento. Numa palavra; o sacerdote é um homem que muda a direção do ressentimento. (Nietzsche, 1997, p. 106)

Sacerdote que pode estar no âmbito da religião, da ciência ou mesmo pela “bênção do trabalho” (Nietzsche, 1997, p. 62) e que busca aliviar e nivelar todas as vontades, contribuindo para a dissolução e destruição “da humanidade, um atentado contra o futuro do homem, um sintoma de cansaço, caminho para o nada” (Nietzsche, 1997, p. 62).

No ano de 1920, Freud (1996) ecoa Nietzsche quando cria o conceito de pulsão de morte. Ou seja, segundo a visão freudiana, existem duas forças que atuam para além do princípio do prazer, o instinto que busca vincular e conectar, e outro “impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas” (Freud, 1996, p. 46), isto é, retornar ao estado das coisas inanimadas que existiram antes da vida, o universo inorgânico.

Por um lado, o instinto desfragmentador acima, por outro lado Eros, que se esforça para combinar substâncias orgânicas em unidades maiores e encontrar vitalidade na aglutinação e integração de duas partes, agindo, por exemplo, no instinto sexual e na geração da vida, neutralizando parte dos instintos de morte e preservando a vida.

Para além de uma visão moralista e tacanha entre bem e mal, esses instintos básicos são cruciais e atuam normalmente fusionados e dinamicamente ora criando e endossando vínculos, ora desconstruindo-os para que novamente outros possam ser criados.

Porém, em caso de desequilíbrio, pode haver uma dissociação normalmente capitaneada pelas estruturas ideais que, incapazes de tolerarem a frustração e o dissenso, se refugiam em algum ideal acético e inatingível ou mais próximo de Deus.

Retomamos neste ponto a nossa leitura sobre a política e a retórica ou a participação do jogo de poder vigente.

Parece-nos que na atualidade nos encontramos em um momento delicado que denominamos de ressentimento. Essa fase intermediária é facilmente capturada pelas estruturas ideais e utilizada para negar qualquer vontade em nome do ascetismo, podendo ao fim culminar no niilismo. Mas, por outro lado, também é possível que nos encontremos em um ponto de viragem, em uma fase intermediária que se concentra no ressentimento, para depois novamente ir ao encontro da realidade partilhada, visando dar vazão aos sentimentos e à vontade por meio da ação, mediação e interação no espaço político.

De qualquer modo, para melhor compreender este movimento, vale apontar algumas estatísticas que demonstram o desinteresse e o ressentimento em relação à política.

Segundo dados do PewResearchCenter (2015) sobre um estudo conduzido nos EUA em 2014, um grupo de apenas 26% da Geração *Millennials* (nascidos entre os anos 80 até final dos 90) incluiu a política quando perguntada sobre quais eram três tópicos mais importantes naquele momento; dado inferior ao da Geração X (nascidos nos anos 60 até 70), que incluiu a política em 34% dos casos e os *Baby Boomers* (e entre 1946 e 1964) em 45%. Quando indagados se eles falam sobre política durante a semana, a relação se repete: 35% dos *Millennials* falam sobre o tema, 40% da Geração X e 49% dos *Baby Boomers*. O mesmo estudo revela ainda o baixo interesse na política e em notícias sobre política.

Se tomarmos dados do Reino Unido, o cenário se repete. Segundo o Office for National Statistics (Randall, 2014), os entrevistados foram agrupados de acordo com a faixa etária e, quando indagados sobre quão interessados estavam na política, o percentual de indivíduos que diz não ter interesse algum se dá da seguinte forma:

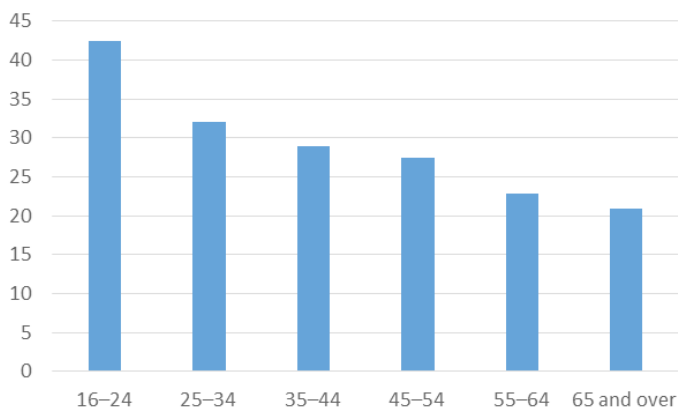


Gráfico 1: Sem interesse em política: por idade, 2011-2012 (%)

Fonte: Randall, 2014

Ainda no mesmo relatório, Randall (2014), o reconhecimento do voto como uma obrigação cívica importante também decai significativamente para as gerações mais novas, orbitando à volta dos 80% para pessoas com mais de 65 anos e descendo gradualmente até os 39% para a faixa etária entre os 18 e 24 anos.

Se tomarmos os dados do Eurobarometer (2015), temos que 16% dos europeus têm um forte interesse na política, 45% um interesse moderado, 21% um interesse pequeno e 18% não têm interesse algum, destacando, porém, que há grande variação entre os países.

Ainda segundo dados do Eurobarometer (2015) sobre a confiança nas instituições, apenas 16% confiam nos partidos políticos, 31% nos governos nacionais, 31% em seus respectivos parlamentos e 47% nas autoridades regionais e locais.

Os portugueses também não se comportam de modo diverso e possuem, em geral, um interesse diminuto pela política, como demonstram os dados da European Social Survey (2014) na Tabela 1.

Muito interessado	9,9%
Interessado	31,2%
Pouco interessado	26,4%
Sem interesse	32,5%
Total	100%

Tabela 1: Quão interessado está na política, Portugal
Fonte: European Social Survey, 2014

Nesse caso, fica-nos evidente que há maior percentual de portugueses que apresentam desinteresse ou pouco interesse pela política. E, se olharmos para a pesquisa de Lobo, Ferreira e Rowland (2015), encomendada pela Presidência da República de Portugal, há evidências que o interesse pela política vem caindo no decorrer dos anos, aumentando especialmente o percentual de indivíduos que não têm nenhum interesse pelo tema entre os anos de 2007 e 2015, como demonstra a Tabela 2 a seguir.

2015							
Faixa Etária	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 e +	Total
Muito	1,2	2,1	3,2	3,2	0,5	0,9	1,9
Bastante	6,8	9,8	13,1	10,6	10,2	8,8	10
Pouco	33,8	42,2	36,1	44	45,5	34,8	39,2
Nada	57,3	44,8	46,9	42,1	42,4	53,1	47,8
NS/NR	1	1	0,8	0	1,5	2,3	1,2
2007							
Muito	6,3	7,4	7,7	10,7	13,7	7,8	8,8
Bastante	17,5	23,9	19,5	26,6	24,3	18,1	21,5
Pouco	51,5	46,4	43,7	34,4	24,7	28,9	38,1
Nada	23,5	21,9	28	27,6	35,7	43,5	30,5
NS/NR	1,1	0,3	1,2	0,6	1,5	1,8	1,1

Tabela 2: Interesse pela política da população portuguesa, 2007-2015. Total da população, por faixa etária (%)
Fonte: Lobo et al., 2015

Nesse caso, notamos que todos os grupos se mostram desinteressados pela política portuguesa, especialmente os jovens de 15 a 24 anos.

A insatisfação e o desinteresse demonstrados acima se refletem diretamente na baixa participação em diversas atividades políticas. Segundo o mesmo estudo de Lobo et al. (2015), as atividades que tiveram o maior decréscimo entre 2007 e 2015 foram respectivamente a participação sindical, a participação nas associações e ordens profissionais e a participação de instituições políticas religiosas. A eficácia das ações sociais e políticas também caiu significativamente entre 2007 e 2015, sendo que colaborar com um partido político caiu 23%, colaborar com organizações voluntárias

ou associações voluntárias diminuiu 23% e votar nas eleições 22%. Houve uma única exceção que cresceu nos últimos anos que foi participar em atividades ilegais de protesto.

O cenário português faz com que Lobo et al. (2015, p. 46) caracterizem a cidadania portuguesa como “uma cidadania política fraca, em que os portugueses se empenham pouco e se sentem pouco recompensados”, sendo esse afastamento, alheamento e insatisfação influenciados pela crise econômica.

Resultado similar foi obtido em estudo conduzido na Austrália, promovido pelo Australian National University, em parceria com o Social Research Centre. Neste caso, o pesquisador Tim Battin argumenta que a opção deliberada de 20% da população potencial de eleitores australianos não ir votar está fortemente correlacionada com idade, pobreza e distância dos grandes centros, havendo nesses indivíduos um desencantamento, *disenchantment*. Em entrevista, o pesquisador Tim Battin afirma que “estar desencantado com as opções políticas não é estar apático, na verdade, é tomar uma decisão consciente de que o sistema está, de alguma forma, falhando” (O’Neil, 2014, para. 14). O pesquisador Alex Oliver completa essa afirmação dizendo que esse desencanto pode decorrer principalmente por dois motivos: “democracia está servindo apenas os interesses de alguns poucos e não a maioria ou não há diferença real entre a política dos partidos maiores” (O’Neil, 2014, para. 16).

Sem nos aprofundar muito, parece-nos que há uma constatação de que o atual regime democrático-capitalista beneficia mais certos grupos econômicos e políticos. Uma vez constatada essa disparidade, poderia surgir um sentimento de indignação ou revolta que conduzisse o indivíduo para a esfera social, visando articular-se socialmente com outras pessoas que pensam de forma similar e ir para a disputa de poder, que objetivaria a transformação social. Porém, a autoapologia da rendição (Bauman, 2000) se mostra reinante diante da impotência mediada por um sistema global que reitera a impossibilidade de haver alternativas, fazendo capitular grande parte da força de protesto e reafirmando que a única possibilidade existente é endossar o sistema unidimensional. Em paralelo, um discurso purista demoniza a política e os políticos, repousando em um ideal ascético.

Criou-se, assim, um ambiente de peste à volta da política que permite o funcionamento perfeito das disciplinas em sua busca pelos pestilentos e o refúgio na pureza. Neste caso, é evocada uma higienização da política e a criação de regimes disciplinares (Foucault, 1987) que garantam a pureza ou uma política pura.

É construído, portanto, à volta do ideal de pureza, um regime disciplinar que garante a unidade e estabilidade em nome do silêncio. Baudrillard (1985) ressalta que:

bombardeadas de estímulos, de mensagens e de testes, as massas não são mais do que um jazigo opaco, cego, como os amontoados de gases estelares que só são conhecidos através da análise do seu espectro luminoso - espectro de radiações equivalente às estatísticas e às sondagens. Mais exatamente: não é mais possível se tratar de expressão ou de representação, mas somente de simulação de um social para sempre inexprimível e inexprimido. Esse é o sentido do seu silêncio. Mas esse silêncio é paradoxal - não é um silêncio que fala, é um silêncio que proíbe que se fale em seu nome. E, nesse sentido, longe de ser uma forma de alienação, é uma arma absoluta. (Baudrillard, 1985, p. 14)

Estamos, portanto, diante de uma arma absoluta que exige silêncio e neutralização de qualquer ímpeto cambiante. Uma neutralização

de todas as mensagens num éter vazio. Fase de uma glaciação do sentido. O pensamento crítico julga e escolhe, produz diferenças, e é pela seleção que ele vigia o sentido. As massas, elas não escolhem, não produzem diferenças, mas indiferenciação - elas mantêm a fascinação do meio, que preferem à exigência crítica da mensagem. Pois a fascinação não depende do sentido, ela é proporcional à insatisfação com o sentido. Obtém-se a fascinação ao neutralizar a mensagem em benefício do meio, ao neutralizar a idéia em proveito do ídolo, ao neutralizar a verdade em benefício do simulacro. Pois é neste nível que os meios de comunicação funcionam. (Baudrillard, 1985, p. 21)

Chega-se assim à mais perigosa forma de destruição da política; uma destruição ou neutralização independente de qualquer faculdade intelectual, emocional ou juízo. Uma destruição ou neutralização sistemática em benefício das estruturas ideais e puras que torna incapaz a descida das alturas ideais e o engajamento em uma nova política que sustente o contato coletivo e conflituoso, ideal e material/real.

Por outro lado, o grande inimigo das partes ideais, de Apolo, é Dionísio. Nietzsche (1997, p. 130) nos recorda que o ideal ascético tem como grande inimigo “os comediantes deste ideal”.

Neste sentido, parece-nos que a antiga arte da retórica em um contexto republicano e democrático, ainda que façamos ressalvas à Democracia,

pode ocorrer por meio de uma nova arte do ensino e da informação; de mover (co-mover) os sentimentos; e de encantar e seduzir. E vemos o ciberespaço, com as suas multimídias, como um espaço para resgatar estruturas discursivas próximas da antiga oralidade helênica e do ímpeto contagiante da retórica, como um espaço promissor para a mobilização/ação, o humor, a brincadeira.

Este espaço, com as suas amplas possibilidades e facilidades discursivas, permitiria uma nova participação, especialmente dos jovens, se devidamente letrados neste universo tecno-simbólico.

Vale lembrar, porém, que, apenas a disponibilidade digital não garante maior participação cívico-política dos jovens. No máximo, poderá ser um atrativo, podendo resultar em mudanças significativas na vida e na identidade juvenil, como destaca Santos (2012).

Nesse sentido, Livingstone (2007) ressalta que a presença da internet nas questões cívicas pode despertar os interesses dos jovens habituados a utilizar essa ferramenta, mas que isto não ocorre de modo independente (Cruz, 1989), estando dependente do interesse político do público envolvido, da socialização do mesmo, do acesso à informação, da integração, da experiência cultural, da capacidade de mobilização, etc. No limite, Abílio (2006) nos recorda que as tecnologias de informação e comunicação favorecem normalmente a ação política nos casos em que os indivíduos já têm interesse pelas causas em questão.

Segundo Santos (2012) a produção, o consumo, a comunicação e a interação explorados pelos mais jovens no ambiente *online* tem sido explicada com o termo de “*Civic Life On-line*” (Bennett, 2008). Essa vida *online* tem reforçado laços baseados em rede de amigos e proporcionado o reconhecimento de que os mais jovens podem ser atores sociais independentes, criando suas próprias narrativas políticas, suas escolhas, e projetando suas identidades num espaço coletivo. Espaço esse onde são criadas novas relações, processos comunicativos, trocas e o que Poster (2000) tem chamado de “netcidadão”.

Sobre *media literacy*/literacia midiática, vale ressaltar que a entendemos de acordo com a definição da União Europeia (Recomendação 2009/625/CE), como “a capacidade de aceder aos média, de compreender e de avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos média e dos seus conteúdos, e de criar comunicações em diversos contextos”, entendendo a *media literacy* como, “condição essencial para o exercício de uma cidadania ativa e plena” (Recomendação 2009/625/CE).

De igual maneira, é importante ressaltar que:

a categoria de sujeito implica necessariamente a de participação, pois ele está situado em uma região de prática social (...). O sujeito é o indivíduo comprometido de forma permanente em uma prática social complexa que o transcende e, diante disso, tem de organizar sua expressão pessoal, o que implica a construção de opções pelas quais mantenha seu desenvolvimento e seus espaços pessoais dentro do complexo dessas práticas...As opções feitas pelo sujeito não são simplesmente opções cognitivas dentro do sistema mais imediato de contingências de sua ação pessoal, mas verdadeiros caminhos de sentido que influenciam a própria identidade de quem as assume e que geram novos espaços sociais que supõem novas relações e novos sistemas de valores. (González Rey. 2003, pp. 238-239)

Essa participação, vista por Bordenave (1994) como um processo de desenvolvimento da consciência crítica e aquisição de poder, pode ser estimulada por essa nova *Ágora* (ciberespaço) juntamente com os processos de *media literacy*, sendo uma possibilidade de saída ao estado de ressentimento tipificado por Nietzsche.

Segundo Bordenave, “quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas, em pessoas ativas e críticas” (1994, p. 77). Para o autor, a participação é uma necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza social e é vista como o contrário da marginalidade. Não só um instrumento para solucionar problemas, mas uma expressão do sujeito para realizar coisas.

Neste caso, em acordo com Cerquier-Manzini (2010), só existe cidadania se houver a reivindicação da apropriação dos espaços, da garantia dos direitos em prol de uma sociedade melhor. E isso só acontece se antes estiver assegurado o direito de reivindicar direitos e o conhecimento por parte de todos desse direito reivindicatório. É preciso conhecer que existem direitos para poder reivindicá-los, e a literacia midiática neste sentido tem um papel fundamental na formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e de sujeitos mais críticos e autônomos em relação às informações que devem buscar/selecionar, receber, analisar, usar e produzir/compartilhar em seu dia a dia.

Para finalizar, contrapomos aos dados apresentados nas tabelas e as informações sobre o desinteresse e a apatia política, os processos de *media literacy* vistos como “uma dimensão da cidadania e um direito humano fundamental” (Buckingham, 2003) e que necessariamente trabalham

com participação, direitos humanos, leitura crítica da mídia e produção de conteúdos/autoria dos sujeitos podendo vir a ser uma forma de reverter o desestímulo ou ressentimento em que se encontra parte da população e novamente lança-los à vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abílio, C. (2006). *Sociedade civil, democracia participativa e poder político em Portugal*. Lisboa: Colibri.
- Baudrillard, J. (1985). *À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bauman, Z. (2000). *Em busca da Política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bennett, W. L. (2008). *Civic Life Online*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Bordenave, J. E. D. (1994). *O que é Participação*. São Paulo: Brasiliense.
- Buckingham, D. (2003). *Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture*. Cambridge, Polity Press.
- Cerquier-Manzini, M. L. (2010). *O que é Cidadania*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Cruz, M. B. A. (1989). Participação política da juventude em Portugal: as elites políticas juvenis. *Análise Social*, XXV(105-106), 223-249.
- Cunha, T. C. (1999). Prefácio. In. F. W. Nietzsche, *Da retórica* (pp. 5-23). Lisboa: Veja.
- Eurobarometer (2015). *Standard Eurobarometer 83, public opinion in the European Union*. Retirado de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb83/eb83_publ_en.pdf
- European Social Survey (2014). *Politics*. Retirado de <http://www.europeansocialsurvey.org/data/themes.html?t=politics>
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Freud, S. (1996). Além do Princípio do Prazer. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Vol. 18*. Rio de Janeiro: Imago.
- González Rey, F. L. (2003). Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thompson.

- Livingstone, S. (2007). The challenge of engaging youth online: contrasting producers' and teenagers' interpretations of websites. *European Journal of Communication*, 22(2), 165-184. Retirado de <http://eprints.lse.ac.uk/2769>
- Lobo, M. C.; Ferreira, V. S. & Rowland, J. (2015). *Emprego, mobilidade, política e lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspectiva comparada*. Retirado de http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/RoteirosdoFuturo_EstudoJovens2015.pdf
- Nietzsche, W. F. (1997). *A genealogia da moral*. Lisboa: Guimarães Editora.
- Nietzsche, W. F. (1999). *Da retórica*. Lisboa: Veja.
- Nietzsche, W. F. (2011). *Assim falava Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Petrópolis: Vozes.
- O'Neill, M. (2014, 11 de agosto). Apathetic Aussies. ABC. Retirado de <http://www.abc.net.au/lateline/content/2014/s4065314.htm>
- PewResearchCenter (2015). *Political Interest and Awareness Lower Among Millennials*. Retirado de <http://www.journalism.org/2015/06/01/political-interest-and-awareness-lower-among-millennials/>
- Poster, M. (2000). Cidadãos, media digitais e globalização. *Revista de Comunicação e Linguagens - A cultura das redes* [Número extra], 21-34.
- Randall, C. (2014). *Measuring National Well-being – Governance*. Retirado de http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20160105160709/http://www.ons.gov.uk/ons/dcp171766_352561.pdf
- Santos, F. (2012). Juventudes partidárias e mobilização cívica on-line: o caso das eleições presidenciais em Portugal (2011). *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, 15(1), 39-50.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Recomendação 2009/625/CE, de 20 de agosto, União Europeia. Retirada de <http://www.gmcs.pt/pt/recomendacao-da-comissao-europeia-sobre-literacia-mediatica-no-ambiente-digital>

Citação:

- Ammann, M. & Parente, C. (2017). Política em tempos de ressentimento e a literacia midiática como possibilidade de participação. In S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 4.º Congresso* (pp. 81-92). Braga: CECS.